

Curso de Philosophia Natural, profissionalização do viajante-naturalista e ‘conflito de faculdades’ (1772-1808)¹

João Brigola

1. Os escassos seis anos que decorrem entre o fim do pombalismo e o início das viagens de exploração científica aos territórios ultramarinos (1777-1783) assinalam uma mudança decisiva na natureza institucional dos estabelecimentos museológicos da Ajuda. O Real Museu e o Jardim Botânico mantêm naturalmente os laços orgânicos à Casa Real, até pela proximidade física ao Palácio, e continuam a cumprir os objectivos cortesãos de instrução ilustrada dos príncipes e de espaço lúdico dos monarcas e do seu círculo convivial². Contudo, alargam-se visivelmente as atribuições funcionais conferidas pela Coroa no âmbito de estratégia governativa protagonizada por Martinho de Melo e Castro (1716-1795), ministro pombalino que resistira bem à renovação mariana e que continuava a assegurar a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos³. Para a Ajuda passam a ser despachadas abundantes ordens, pela

¹ Texto adaptado do livro *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, FCG/FCT, 2003

² A memória histórica da evolução institucional da Ajuda é deste modo invocada por um dos seus directores científicos (1811-1828): "(...)O Real Jardim Botânico e Museu fundados pelo Senhor Rei D. José I para recreio e instrução da Sua Augusta Família, ainda que contiguos ao Seu Real Palacio, desde a sua fundação até o presente, sempre por sucessiva Ordem Regia tem tido por Inspector hum Ministro secretario de Estado, e por Director e Administrador hum Naturalista; a conservação, e melhoramento, destes dois Reaes Estabelecimentos está encarregada a estas duas autoridades debaixo da mesma Real Ordem, e ellas são responsaveis por todos os prejuizos, que deteriorarem a sua conservação, ocasionados por sua incuria" (*Resposta de Félix de Avelar Brotero ao officio do Visconde de Vila Nova da Rainha (3 de Maio de 1827)*, ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo), Ministério do Reino, Maço 281, Cx. 375 (1804-1827).

³ W. J. Simon, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late Eighteen Century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983, p. 9, afirma que: "Although it was widely believed that (...) would succeed Pombal in 1777, he remained in the same post from 1756 until his death in 1795". No entanto, em notícia necrológica, um periódico coevo traçava a carreira política do Ministro da seguinte forma: "Na noite de 14 de Março do presente ano, faleceu (...) o Ex.mo Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos; em 1753: Embaixador nas Províncias Unidas; em 1755: Embaixador em Londres; em 1763: Embaixador em Paris, e novamente em Londres; em 1770: Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos; em 1786-1788: M. Negócios Estrangeiros; Após a morte do M. de Angeja [1788] acumulou a Inspeção e Negócios da Marinha" (*Mercurio historico, politico e litterario de Lisboa*, vol. 6, Maio de 1795). Melo e Castro mantinha residência oficial

normal cadeia burocrática do Estado, associando esta repartição pública, com o seu crescente quadro de funcionários, a objectivos governamentais de carácter económico e político relacionados, fundamentalmente, com as viagens de reconhecimento do *topos* e da *physis* metropolitanos e ultramarinos, com manifesta prioridade para o território brasileiro.

Há neste contexto de decisões estratégicas relativas ao papel dos estabelecimentos da Ajuda um dado que não pode ser subestimado - das Faculdades Naturais (Filosofia Natural, Medicina e Matemática) da Universidade reformada estavam a sair, por esses anos, os primeiros diplomados tecnicamente aptos a prosseguirem carreiras, já previstas e prometidas pelos *Estatutos*, entre as quais se destacava pela novidade a de *naturalista*. Os mestres tinham vindo a preparar uma elite académica, quase toda de origem brasileira, apetrechando-a com um corpo de instrumentos teóricos e práticos, sobretudo nas áreas da História Natural e da Química, que lhes garantia a legítima aspiração à profissionalização em cargos estatais: Joaquim Veloso de Miranda, Manuel Galvão da Silva, Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva, entre outros ⁴.

Já foi vincado quanto terá influído na decisão governamental da organização da expedição científica ao Brasil a questão conflitual das demarcações dos limites na região amazónica, confinantes com os territórios de domínio espanhol ⁵, mas tem sido praticamente ignorada a documentação (publicada em 1818 pelo periódico científico *Jornal de Coimbra*) que, porventura pela primeira vez, teoriza o carácter naturalista da Viagem junto dos círculos do novo poder político. Na verdade, em correspondência de Novembro de 1777 - trocada entre Domingos Vandelli e os influentes ministros Marquês de Angeja, Ministro Assistente ao Despacho e Presidente do Real Erário ⁶, e o Visconde de Vila Nova da Cerveira, novo homem

na Ajuda, na Quinta do Meio (Palácio do Patio das Vacas), bem perto portanto dos estabelecimentos museológicos. Veja-se ainda Francisco de Borja Garção Stokler, "Elogio de Martinho de Mello e Castro", in *Obras de...*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1805, t. I, pp. 248-282

⁴ Em 1777 tinham concluído os seus cursos de Filosofia Natural, Manuel Galvão da Silva e Joaquim Veloso de Miranda. No ano seguinte graduaram-se Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó e também, provavelmente, Joaquim José da Silva (Cfr. W. Simon, *ob.cit.*, 1983, pp. 13 e 79).

⁵ Cfr. Ângela Domingues, "Viagens científicas de exploração à Amazónia de finais do século XVIII", *Ler História*, n.º 19, 1990. A autora, referindo-se expressamente à questão das demarcações, considera que a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira não cumpria apenas um programa científico pois "há que ter em conta que ocorreu na "área de tensão" que era a Amazónia, e que teve subjacentes interesses relacionados com a colonização, com a economia, com a geografia" (p. 9).

⁶ Cfr. *Decreto de nomeação do Marquês de Angeja como Presidente do Erário Régio (14 de Março de 1777)*, BA (Biblioteca da Ajuda), 54-VI-14, 10 a.

forte do governo mariano⁷ - é possível surpreender a defesa, por parte do naturalista italiano, da vantajosa associação dos seus discípulos a uma empresa de cariz político-geográfico⁸, mas necessariamente imbuída de forte componente técnica e científica no campo das *sciencias filosoficas*. "Tendo-me chegado a notícia que S. Magestade pertende empregar alguns dos novos Mathematicos na Expedição que se deve fazer para o Brasil. A fim de se estabelecerem as Demarcações, me veio logo ao pensamento a grande utilidade, que se seguiria ao Estado e á Nação, se se mandarem tambem alguns Naturalistas de Profissão. Esta utilidade a tem sentido as mais Nações, mandando n'estas e outras occasiões, em companhia de Mathematicos, Naturalistas intelligentes. Assim o tem praticado a Czarina de Moscovia, os Francezes, Inglezes, e Dinamarquezes, que sabem tirar das Sciencias Naturaes todo o proveito que são capazes de produzir"⁹.

O passo seguinte da argumentação do professor de História Natural é o de demonstrar aos decisores políticos que a estrutura curricular do curso de Matemática não conferia aos seus graduados as competências necessárias ao cumprimento das tarefas naturalistas, já que tinham aprendido superficialmente algumas daquelas matérias como alunos *obrigados*, não tendo sequer frequentado as aulas de Química, conhecimentos considerados indispensáveis neste tipo de empresa. Está também aqui subentendida, cremos, a questão do acesso directo dos matemáticos às carreiras militar e de engenharia - privilégio assegurado pelos *Estatutos*¹⁰ - o

⁷ D. Tomás Xavier de Lima, 14^o. Visconde de Vila Nova da Cerveira, Secretário de Estado do Reino e Mercês (1777-1788). A partir desta data (com a morte de Angeja), já com o título de 1^o. Marquês de Ponte de Lima, passa a Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário (1788-1800).

⁸ Em 1819, em texto que julgamos dever ser atribuído ao director do *Jornal de Coimbra*, José Feliciano de Castilho, (1770-1827) escreve-se: "O já nomeado Dr. Vandelli, sendo ainda Lente effectivo na Universidade, solicitou, e conseguiu de Sua Magestade Mandasse, com os Mathematicos encarregados da Demarcação, Naturalistas ao Brazil, e incumbisse os Ministros e Governadores de remetter para Portugal, de tudo em que reconhecessem ou suspeitassem utilidade" (*Instrucção para os viajantes e empregados nas colonias sôbre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de historia natural arranjada pela administração do R. Museu de Historia Natural de Paris.(...) Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sôbre a historia natural do Brazil, e estabelecimento do museu e jardim botânico em a Côrte do Rio de Janeiro*, Imprensa Regia, 1819, p. XXIII). Sobre o papel da Geografia nas viagens do séc. XVIII, veja-se Numa Broca, "Voyages et géographie au XVIIIe siècle", *Revue d'Histoire des Sciences et de leurs applications*, t. XXII, n.º 2, 1969, pp. 137-154; e Horacio Capel, "El público y la circulación de obras de Geografía en la España del siglo XVIII", in *La ciencia y su público: perspectivas históricas*, (coord. de Javier Ordóñez e Alberto Elena), Madrid, CSIC, 1990, pp. 225-310.

⁹ *Jornal de Coimbra*, 1818, vol. XIII, Parte I, pp. 47-50. O periódico reproduz também parte da resposta de Angeja. As duas cartas de Vandelli, escritas no mesmo dia, expressam ideias semelhantes, embora de forma diferente. Por isso, os extractos citados são retirados indistintamente de ambas.

que lhes conferia um invejável estatuto de prestígio, social e remuneratório, bem como a natural liderança em projectos onde se privilegiasse, caso das missões coloniais, a confluência entre treino militar e saber técnico aplicado¹¹. Era justamente este ascendente que Vandelli tentava contrariar, defendendo antes uma complementaridade de saberes e de funções: "(...) os Mathematicos podem sim pelo maior ou menor número de léguas relatar a vantagem da Demarcação para Portugal, porém só o Naturalista é que póde avaliar exactamente o preço intrinseco dos terrenos que nos couberem, por um mappa circunstanciado das suas producções. (...) Pela associação d'alguns Filósofos Naturalistas e d'um Desenhador, os quae tendo n' éstas Sciencias feito um curso theorico, e práctico sem se distrahirem com outras applicações (...). É preciso fazer ensaios nas terras por meio dos processos chimicos totalmente ignorados pelos Mathematicos, pois não basta que aos olhos se offereça um terreno rico na apparencia, é preciso averiguar pela Docimastica se os lucros excederão as despezas, e até que ponto, o que só podem fazer os Filósofos Naturalistas exercitados n' éstas miudas observações; não fallando já nos terrenos proprios para adiantar a Agricultura, a qual só um Chimico pela anályse das terras póde promover, e d'este modo acrescentar as povoações, pelas novas applicações de Paizes incultos"¹².

¹⁰ "Todos os (...) Estudantes que, tendo feito o Curso Matemático da Universidade, e conseguido pelos Exames abaixo declarados as Cartas de Aprovação quiserem entrar no meu serviço, serão admitidos a servir na Marinha, sem proceder outro algum Exame; e na Engenharia(...)" (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, Livro III, Part. II, Tit. I, Cap. II, pp. 148-149). Concediam-se também privilégios especiais aos que seguissem a carreira académica, desde a concessão do Hábito de qualquer das Ordens Militares e da preferência nos lugares do Almoarifado, até à equivalência de serviço em campanha aos fidalgos da Casa Real.

¹¹ No Curso de Matemática ensinava-se: História das Ciências Matemáticas, Aritmética, Geometria Elementar, Estereotomia e Trigonometria, Cálculo Literal, Análise, Progressões, Secções Cónicas, Álgebra Infinitesimal, Cálculo Diferencial e Integral, Foronomia (Movimento dos Sólidos e Fluídos), Astronomia, Astrologia e Geografia. Simultâneamente, durante a frequência dos 1.º e 2.º anos, teriam aulas na Faculdade de Filosofia, respectivamente em História Natural e Física Experimental. Em complemento dos estudos aconselhavam-se os estudantes a frequentarem um curso de Desenho e outro de Arquitectura Civil e Militar, com riscos de cartas geográficas e topográficas (Cfr. *Estatutos...*, Livro III, Part. II, Tit. III, Caps. II e III, pp. 162-168; Luís de Albuquerque, "O ensino da Matemática na reforma pombalina", in *Estudos de História*, vol. VI, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, pp. 4-6; e Rómulo de Carvalho, "As ciências exactas no tempo de Pombal", in *Como interpretar Pombal ?*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 226.

¹² *Jornal de Coimbra*, 1818, vol. XIII, Parte I, pp. 47-50. Noutro passo, era ainda mais explícito sobre as limitações académicas dos matemáticos nestas matérias: "Espero que seja agradável a V. Ex^a ésta minha proposta, e que do que tenho dito se persuada que para desempenhar este projecto não basta que os Mathematicos enviados tenham uma superficial notícia da Historia Natural que eu lhes ensinei, e á qual não poderão entregar-se pela incompatibilidade dos estudos abstractos a que inteiramente devião entregar-se, além da falta dos conhecimentos chimicos que não frequentarão, por lhes não serem pelos Estatutos ordenados. D'este modo em quanto estes se occupão na medição, e Mappas Geograficos, os Filósofos examinando, analysando, trabalharão nos outros Mappas Historico-Naturaes, e Mineralogicos".

Domingos Vandelli, invocando a experiência pessoal adquirida nas viagens filosóficas italianas e o programa pedagógico de envolvimento dos seus alunos no reconhecimento dos recursos naturais do Reino, declarava-se apto a dirigir a profissionalização de uma equipa de viajantes-naturalistas ("sujeitos que a estas materias se tenham applicado de proposito, e por profissão") capaz de colaborar utilmente no âmbito de um trabalho pluridisciplinar mais vasto. A elaboração de *Instruções de viagem* é uma ideia aqui claramente expressa, abrindo caminho a um verdadeiro género de literatura científica (de que Vandelli foi precursor entre nós), cuja genealogia remontava às *Instruções* linneanas da década de cinquenta¹³: "Desejava eu não estar tão cansado, nem tão debilitado na minha saúde, para podêr ir descobrir ao novo mundo as immensas riquezas que ignorâmos, e que são invejadas pelos estrangeiros. Porém ésta minha impossibilidade pôde ser suprida por alguns dos meus discipulos, que cursando há seis annos a faculdade, podem ser utilmente empregados n'esta nova expedição tão gloriosa para Portugal (...) ajudados das instrucções particulares que para este fim lhes poderei fornecer. Eu tenho trabalhado nos meus cursos, para produzir homens que possam ser aptos para semelhantes empresas (...) proporei os sujeitos que me parecem capazes, e cuidarei em instrui-los como experimentado em viagens, pondo por escrito todo o plano pelo qual semelhante expedição se deve guiar, concorrendo tambem para tudo isto toda a minha Faculdade. Então se conhecerá a verdadeira prática das Sciencias Filosoficas entregando-lhe este novo campo para as descobertas. As Instrucções públicas que a Faculdade proporá aos seus alunos (...) farão vêr a toda a Nação as grandes vistas, e os uteis projectos de que são incumbidos, e principiarão uma feliz época para as Sciencias Naturaes"¹⁴.

Esta correspondência de finais de 1777 parece assinalar a génese intelectual de um novo quadro de referência para a instituição *museu de história natural*. De facto, na arquitectura da viagem aqui doutrinada por Vandelli e aceite pelos seus interlocutores¹⁵, o *museu* ocupará um lugar central, legitimando e consolidando os laços entre viagem, ciência e administração. É esse o exaltante destino que o *conselheiro do Príncipe* profetiza para o embrionário Real Museu de

¹³ Cfr. Lorelai Kury, "Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)", *Revue d'Histoire des Sciences*, t. 51, 1998, pp. 65-91.

¹⁴ *Jornal de Coimbra*, 1818, vol. XIII, Parte I, pp. 47-50.

¹⁵ O Marquês de Angeja responde, a 3 de Dezembro, ao naturalista: "Acuso a recepção da Carta de Vm. de 3 de Novembro (...) O meu collega o Sr. Visconde de Vila Nova da Cerveira está encarregado d'este negocio; e como eu desejo tanto como elle o progresso das Sciencias, farei quanto em mim estiver para o successo d'elle. Conhecendo que sendo a Filosofia a porta por onde se entra para as Sciencias, ou a base em que se firmão, não podem estas cultivarem-se solidamente, sem que aquella Faculdade se promova (...)" (*Jornal de Coimbra*, 1818, vol. XIII, Parte I, p. 50).

História Natural da Ajuda: "Se V. Ex.^a executar este meu desejo, teremos um Gabinete o mais rico e o mais precioso, e que será invejado pelos estranhos. (...) Eu excederia os limites, se entrasse na relação das infinitas utilidades que d'aqui se poderão seguir" ¹⁶.

A ideia agregadora do projecto de expedição científico-militar fora a urgência em selar um acordo fronteiriço entre as potências coloniais peninsulares ¹⁷, mas alargar-se-á rapidamente ao domínio da inventariação de recursos naturais pela mão do Ministro Martinho de Melo e Castro, com quem Vandelli passará a tratar dos preparativos das grandes viagens filosóficas, americana, africanas e asiática ¹⁸. Doravante, será pelo complexo científico da Ajuda (Museu, Jardim Botânico, Laboratório Químico, Casa do Risco, e Livraria) que passará, não só o estágio profissionalizante dos viajantes-naturalistas, como também todas as operações decorrentes da construção ideal do "Grande Museo, que sirva de deposito, e archivo para estas Riquezas dos seus Estados" ¹⁹.

¹⁶ *Jornal de Coimbra*, 1818, vol. XIII, Parte I, pp. 47-50.

¹⁷ Comenta a este respeito Ângela Domingues que "(...) no entanto o que se verifica é que os esforços envidados pelos exploradores ao longo de duas décadas se revelaram frustrados. Nenhuma aplicação imediata parece ter resultado das demarcações (...) porque o tratado de Santo Idelfonso, cuja validade dependia de um acordo definitivo a celebrar posteriormente foi anulado" (*Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Lisboa, Região Autónoma da Madeira, 1991, p. 89).

¹⁸ "Tenho feito todas as diligencias p.^a completar o plano da expedição dos Naturalistas, e remettella a V. Ex.^a neste correio, porem o continuo trabalho da Universid.e não me tem dado lugar a acabalo, e somente agora presento a V. Ex.^a o rol dos instrumentos, e outras cousas necessarias as viagens dos naturalistas p.^a executar as instruçoens q. tiverão, e assim formar com a maior diligencia possivel huma exacta Historia Natural de tão vasto Continente; e porque esta seja de maior utilidade, me pareceria conveniente, que alem daquelles Naturalistas, q. devem acompanhar os Mathematicos, ficasse Júlio [Mattiazzi] em companhia de hum Nat.^a no Rio Janeiro de donde poderião examinar huma grão parte da costa internandose athe 40, ou 50 legoas, e deste modo se se descobrissem cousas uties, maes facil seria o transporte, e maior quantidade de produçoens Naturaes se poderião obter, o q. tão facilmente não se pode esperar de os interiores sertoes, donde o naturalista não se pode carregar de muitas produçoens da Natureza. (...) Os Naturalistas de q. tive a honra de escrever a V. Ex.^a estão prontos p.^a o q. respeita as instruçoens, o q. falta seria o exercicio de huma viagem, na qual eu os pedesse acõmpañhar; mas eu athe a fim de Julho não posso estar livre das ocupaçoens da Universid.e (...)" (*Carta de D. Vandelli para Martinho de Melo e Castro (22 de Junho de 1778)*, AHU, Reino, Maço 2722. Esta carta tem como anexo o *Rol dos Instrumentos, Drogas, e mais utensilios pertencentes a Historia Natural, Physica, e Chimica q. são indispensaveis a hum Naturalista q. viaja*, incluindo uma lista de *Livros e Cartas Geograficas do Paiz*. Carta e anexo foram transcritos por Lígia Cruz, *Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra*, Coimbra, Sep. do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1976, pp. 67-71.

¹⁹ José António de Sá, *Dissertações philosophico-politicas sobre o trato das sedas na Comarca de Moncorvo*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1787, "Dedicatória". O autor, amigo de Vandelli, já tinha definido, em 1783, a função dos museus de história natural como de "archivo das riquezas, e thesouros, que o Omnipotente espalhou nos seus paizes" (*Compendio de observaçoens, que fórmaõ o plano da Viagem Politica, e Filosofica, que deve fazer dentro da Patria*, p. 163).

2. O programa de formação pedagógico-científica do *Curso Filosófico* - frequentado em Coimbra pelos naturalistas que, entre 1778 e 1783, se profissionalizam na Ajuda - contemplava uma componente de trabalho de campo, orientado para a observação e descrição da Natureza: "E como as especulações tranquillias do Gabinete, e os conhecimentos adquiridos pelos Livros, não podem formar hum Naturalista completo; terá o Lente grande cuidado, e atenção em formar os seus discipulos no gosto, e Arte de observar; para se fazerem verdadeiramente habeis na Historia do Mundo sensivel pelo grande Livro da mesma Natureza" ²⁰.

Que esta inovadora opção metodológica não terá ficado remetida à letra morta da determinação estatutária, encontra-se amplamente documentado em aspectos da vida universitária relacionados com as "viagens filosoficas que se devem fazer dentro da Patria": decisões da Congregação da Faculdade; pagamento de ajudas de custo; transporte dos materiais coligidos para o Museu; referências encomiásticas, em correspondência oficial, à sua utilidade; trabalhos académicos sobre os métodos da viagem; ensaios sobre os recursos naturais observados (sendo alguns publicados ou lidos como *Memorias* pela recém criada Academia das Ciências) ²¹.

Apesar de já serem praticadas desde o início da reforma, o patrocínio da estrutura académica à prática pedagógica das viagens apenas em 1779 ficaria consignado em Congregação da Faculdade de Filosofia: "Assentou-se ser necessario que assim os doutores como os estudantes se exercitassem na pratica das viagens e que o Senhor Doutor Vandelli e o Senhor Dallabella formassem hum plano pelo qual se devessem regular nas mesmas viages rellativo à Historia Natural, à Chimica e à Fizica Experimental que destas viages sendo ellas concluidas virão dar conta na Congregação da Faculdade trazendo por escrito toda a serie da viagem e apresentando os produtos que houvessem recolhido, e que estas viages no dia principal [principiassem] logo neste anno (...). E por ser necessario haver notas das duas selbres serras da Estrella e do Geres, assentou-se que a ellas se derigissem os naturalistas a fazerem as observações que lhes forem indicadas no plano, e que para as despezas de tudo se concorresse dos dinheiros dos sobejos destinados para os partidos filozoficos" ²².

Deste modo, os mestres italianos - verdadeiros mentores dos novos métodos de aprendizagem - responsabilizavam-se pelo plano das viagens, enquanto a Faculdade assegurava os custos com

²⁰ *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772*, Livro III, Tit. III, Cap. II, p. 358.

²¹ Cfr. *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*, Lisboa, Banco de Portugal, 5 vols., 1990-1991; e *Memórias económicas inéditas (1780-1808)*, (Introd. e notas de José Luís Cardoso), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

²² *Actas da Congregação da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, 2 de Junho de 1779, p. 16.

verbas destinadas a premiar os melhores alunos²³. Os produtos recolhidos, destinados ao Museu, seriam apresentados previamente em Congregação, acompanhados dos respectivos diários de viagem, cumprindo assim um dos objectivos centrais da iniciativa - o enriquecimento das colecções universitárias²⁴. Os discípulos e a nova geração de doutores treinariam as competências *philosophicas* (práticas e teóricas), podendo até alguns aspirar à aceitação de *Memorias* pela Academia, fluxo que o sócio fundador Vandelli diligentemente alimentava, ao mesmo tempo que apadrinhava a eleição dos mais aptos como sócios correspondentes²⁵.

²³ "Diz Joze Alvares Maciel. Que foi expedido e mandado pela Congregação de Filozofia a recolher todas as produçoens naturaes da Serra da Estrela p.^a o Muzeu, e Jardim Botanico desta Universidade e porque p.^a continuar na jornada e Viagem se lhe faz preciso quarenta mil reis" (*Representação de José Álvares Maciel pedindo ajudas de custo para prosseguir a viagem philosophica à Serra da Estrela (Agosto de 1784)*, AUC, Museu de História Natural, sécs. XVIII-XIX). Traz anexo o parecer favorável de D. Vandelli. Em Congregação da Faculdade, reunida em 27 de Julho desse mesmo ano, tinha-lhe sido atibuído um Partido de 50 mil réis (Cfr. *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, 1978); "Da Serra d'Estrela espero m.tas plantas, e mineraes" (*Carta de D. Vandelli ao Abade Correia da Serra (13 de Setembro de 1784)*, apud Cristóvão Aires, *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1927, p. 224).

²⁴ "Diz Manoel Dias Bap.ta B.ell Formado nas Faculd.es de Filosofia, e Medicina que elle por direcção do Lente de Historia Natural fez huma collecção dos Produtos que achou ao redor desta Cidade até á distancia de huma legoa em circuito, os quaes entregou ao Muzeu desta Universidade com os nomes dos sitios onde se achaõ, por isso P. a V. Sria R.ma se digne conceder licença p.^a q. o Lente de Historia N.al lhe passe isto m.^o por certidaõ afim de que em Junta se lhe conceda p.^a ajuda do custo, o premio que se lhe arbitrar" (*Representação de Manuel Dias Baptista (1783)*, AUC, Museu de História Natural. Sécs. XVIII-XIX). Traz anexo o Parecer assinado por Vandelli e que é do seguinte teor: "He verdade o que o Sup.te allega, e como por similhante collecção de produções naturaes, se deraõ a outros trinta mil Reis, o Sup.te he merecedor da mesma quantia como ajuda de custo tendo accrescentado com a sua collecção abundante de minas de ferro, cobre etc. a este Museu. Coimbra, 1 de Agosto de 1783. Domingos Vandelli".

²⁵ Veja-se na correspondência de Vandelli com o Visconde de Barbacena e com o Abade Correia da Serra as inúmeras referências ao apadrinhar de novos sócios correspondentes e ao envio de Memórias escritas pelos seus alunos e destinadas a serem lidas ou publicadas pela Academia, de que é exemplo a carta de 22 de Janeiro de 1782: "Brevemente remeterei a V. Ex.^a uma Memoria sobre a cultura das abelhas do bacharel Manuel Dias Baptista, o qual está também aperfeiçoando a outra da descrição de uma parte da comarca de Coimbra para concorrer ao prémio" (apud Cristóvão Aires, *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*, 1927, pp. 46-94; 482-542). Ganharia, de facto, o prémio da Academia no ano seguinte com a *Descrição Fysica e Economica d'huma parte da Comarca de Coimbra, com varias observações sobre o estado da Povoação, da Agricultura, das Artes Mecanicas, da Industria e do Commercio* (Cfr. *Gazeta de Lisboa*, 2 de Agosto de 1783, 2º Suplemento; e *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*, t. I, 1990, pp. 195-224). Desta obra diz Carlos Almaça que "é o primeiro trabalho português em que se aplica a nomenclatura lineana às espécies animais" ("A zoologia e a antropologia na escola politécnica e na faculdade de ciências da universidade de Lisboa (até 1983)", *Faculdade de ciências da universidade de Lisboa*.

A qualidade e o dinamismo que estes professores imprimiam ao seu magistério (não envolvendo, para já, juízos valorativos sobre a originalidade da obra científica produzida)²⁶ está bem patente na empatia com a matéria naturalística revelada por alunos provenientes também das Faculdades Positivas²⁷: "(...) terá a honra Joaq.m Fragoso de Sequeira B.el em Leys, e q. foi meu Discipulo apresentar a V. Ex.^a p.^a o Museo huma colleção de minas, pedras e cristaes, q. recolheo na sua viagem do Alentejo; esperando eu brev.te de remetter-lhe a da Serra da Estrella. Este sogeito tem bastante estudo na H.^a Natural, e paixão, e seria capaz de maiores descubertas tendo os meios necessarios"²⁸.

Passado/Presente. Perspectivas futuras, Lisboa, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 1987, p. 294, 1987, p. 294).

²⁶ "Durante os quase 20 anos que permaneceu em Coimbra (1772-1791), Vandelli distinguiu-se sobretudo pela qualidade e pela inovação do seu magistério universitário, através do qual consolidou o seu prestígio no seio da elite culta portuguesa e estabeleceu laços de influência sobre parte das novas gerações saídas da Universidade reformada. Data também deste período a maior parte dos seus escritos impressos em Portugal" (J. Vicente Serrão (Introd. e dir. de) *Domingos Vandelli - Aritmética política, economia e finanças*, Lisboa, Banco de Portugal, 1994, p. XLV). "Confianto então nas lições aprendidas dos Filósofos que illuminaram a arte mineralogica, e de entre elles as de meu mestre o Doutor Domingos Vandelli, principiei a explorar o poço; as direcções dos veios, sua profundidade & e vim a conhecer logo no primeiro exame, que se desconhecia ainda o veio principal" (*Jornal Encyclopedico*, Outubro 1789, p. 17); "O Doutor Vandelli honra da sua Patria, e gloria da nossa Academia foi igualmente destinado pelos Reformadores da Universidade para analysar as Agoas Mineraes deste Continente. (...) munido com as douctrinas, e luzes de meu Mestre o Doutor Vandelli, tendo só em vista o zelo da utilidade pública, determinei na brevidade do tempo, que permite o curso Chymico, applicar os conhecimentos, que tenho adquirido nesta Sciencia á analyse das Agoas Mineraes nas circumvisinhas desta Cidade" (D. Francisco de Almeida Beja e Noronha, *Analyze das agoas hepathizadas marciaes do lugar de Falla*, Na Real Offic. Da Universidade, 1789, pp. XI, XVI, XVII).

²⁷ "Distinguirão-se muitos estudantes, que supposto seguissem o objecto das outras sciencias, amavaõ com tudo as intimas rellaçoens desta; taes foraõ o Excelllentissimo Visconde de Barbacena, que descobrio muitos marmores nobres, e varias minas de ferro nos contornos de Coimbra; Manoel Joaquim de Paiva, que pelas suas incansaveis applicaçoes foi creado mestre do Laboratorio Chimico; Estacio Gularte; O Doutor Joaquim Velozo; e o Doutor Alexandre Ferreira, e os companheiros das expediçoens Filozoficas, Jozé da Silva Lisboa substituto das cadeiras de Grego e Hebraico pela Universidade, e hoje Professor Regio das de Filozofia e Grego na Cidade da Bahia, sua Patria; Manoel Luis Alvares de Carvalho; o doutor Jozé Antonio de Sá; Joaõ Francisco de Oliveira; Jozé Bento Lopes; Antonio Ramos da Silva Nogueira; o doutor Joaquim Jozé Ferreira; o Doutor Joaquim de Amorim e Castro, e varios outros" (Baltazar da Silva Lisboa, *Discurso historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*, Lisboa, Officina de Antonio Gomes, 1786, pp. 10-15).

²⁸ *Carta de Domingos Vandelli (22 de Novembro de 1782)*, AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), Reino, transcrita pela Biblioteca do Departamento de Botânica da FCT da U. de Coimbra. O interlocutor de Vandelli é provavelmente o Ministro Martinho de Melo e Castro e o Museu é o da Ajuda.

O incentivo de Vandelli à prossecução de vocações *philosophicas* passava pelo apoio docente à *graduação*²⁹ e mesmo pela animação de tertúlias científicas na sua própria residência, tão ao gosto setecentista, chegando a idear uma Sociedade Económica em Coimbra : "Em minha casa em um dia de cada semana se farão algumas conferências sobre algumas experiências, ou observações que se devem fazer, e viagens, e para tambem dispor em outras partes Sociedades; nestas conferencias somente virão os dos meus discipulos nos quais acho talento, genio, e amor patriotico. Dos resultados destas conferências com o tempo darei parte a V. Ex.^a." ³⁰.

Nesta referência ao envolvimento afectivo e intelectual dos alunos com as matérias dos *cursum naturaes* há que ponderar, contudo, que eles constituíam no contexto universitário uma pequena minoria. Apesar das aulas de Historia Natural e de Chimica serem frequentadas por muitos estudantes *obrigados* de outras faculdades, os que verdadeiramente se destinavam a prosseguir estudos naturalísticos (os *ordinários*) constituíam uma percentagem ínfima, o que levava Vandelli a calcular que: "Nell'Istoria Naturale ho 40 scolari, però a dieci non arriveranno i buoni; nella Chimica sono nove" ³¹; e, mais tarde, precisará que: "Entre seiscentos, ou mais estudantes da Universidade trinta até quarenta cada ano frequentam as aulas destas ciências com pouco, ou nenhum proveito por serem obrigados como simples preparatório do curso médico. Dos ordinários muito poucos continuam os estudos da Faculdade com aproveitamento" ³².

²⁹ Os *Estatutos* previam a *Graduação* dos bacharéis, a qual consistia na frequência de mais um ano, o 5º, onde repetiriam as matérias dos dois últimos anos. No final faziam os Actos Grandes, ou seja, o exame de licenciatura que dava acesso ao título consagratório de Doutor (Livro III, Tit. II, Cap. I, pp. 334-335). "Vandelli, porém, não preparou somente bacharéis em Filosofia e ministrou conhecimentos aos alunos que pretendiam seguir o curso de Medicina. Poderemos dizer que ele iniciou na Universidade os cursos de pós-graduação, que infelizmente não foram continuados, porquanto a esse professor se deve a preparação dos candidatos a Doutores escolhidos para chefiar as chamadas Missões Filosoficas que foram enviadas às Colónias com o objectivo de aí fazerem explorações nos domínios dos três reinos da Natureza" (Abílio Fernandes, "História do ensino da botânica em Portugal", *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Ciências*, t. XXIII, 1980, pp. 211-212).

³⁰ *Carta de D. Vandelli para o Visconde de Barbacena (22 de Outubro de 1781)*, apud Cristóvão Aires, *ob. cit.*, 1927. A primeira sessão desta Sociedade teve lugar no mês de Dezembro de 1780 e foi noticiada com bastante pormenor na *Gazeta de Lisboa* de 21 de Abril de 1781, concluindo deste modo: "He de admirar que huns sujeitos carregados com o trabalho da Universidade se privem dos recreios, furtem o tempo ao somno, e cheguem a empregar os mesmos dias, que justamente são dados para refeição do corpo, em tão continuas applicações, chegando a contribuir com as proprias mezadas para as despesas da Sociedade".

³¹ *Carta de D. Vandelli para o Abade Correia da Serra (28 de Janeiro de 1782)*, apud Cristóvão Aires, *ob. cit.*, 1927, p. 200.

³² Domingos Vandelli, *Memoria sobre a Faculdade Filosofica da Universidade de Coimbra*, s/d, ANTT, Ministério do Reino, Maço 519, Cx. 646, "Universidade de Coimbra. Negócios diversos". Existe cópia na Biblioteca da Ajuda, ms. 54-V-14-10; foi transcrita por J. Vicente Serrão, *ob. cit.*, 1994, pp. 101-106.

Acentuar o fraco peso dos naturalistas no universo dos graduados por Coimbra (diríamos hoje: da *massa crítica*) não é questão menor já que, ao contrário da situação generalizada nos jardins botânicos europeus, nunca se exerceria a docência nos estabelecimentos da Ajuda. A ter-se verificado, como foi repetidas vezes proposto³³, teria possibilitado uma maior 'democratização' da cultura naturalista e - com o alargamento do número de 'naturalistas' com formação académica - o aumento da pressão corporativa sobre os decisores políticos, tal como resultou do ensino das ciências exactas nas academias militares lisboetas e na de Comércio portuense³⁴.

O reduzidíssimo número de formados em 'Philosophia Natural'³⁵ ilustra bem a formulação kantiana do *Conflito de Faculdades* como explicação para o domínio da mentalidade 'juridista', visível no esmagador número de estudantes que as *Leis* continuavam a atrair e nos cargos que profissionalmente lhes eram destinados. No afrontamento mental que na Universidade coimbrã opôs (de forma já amplamente documentada e analisada) os representantes dos tradicionais saberes *positivos* (Leis, Cânones e Teologia) e as faculdades científicas estavam em causa, afinal, concepções culturais, estratégias de desenvolvimento e estatutos de prestígio diferentes

³⁶.

³³ D. Vandelli, *Memoria sobre a Faculdade Filosofica...* . W. J. Simon, *ob. cit.*, 1983, p. 17, baseado em documento consultado no AHU, informa que: "In 1782 Vandelli requested permission to give a course in Natural History and another in chemistry at the Ajuda Palace Gardens in order to 'make useful to Society the Products of Nature'. Most likely these courses were given for amateurs, and it is possible that the naturalists assisted as Ferreira had been Vandelli's unpaid 'demonstrador' while still a student at the University of Coimbra". Contudo, não encontramos qualquer prova documental da sua efectiva realização.

³⁴ Com a criação das Academia Real de Marinha (1779), Academia Real dos Guardas-Marinhas (1782), Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790) e Academia de Marinha e Comércio do Porto (1803) operou-se uma dupla descentração, geográfica e pedagógica, em relação à Universidade de Coimbra. A elevada frequência estudantil, de prevalência militar, democratizou o acesso à cultura matemática na sua dimensão operativa - arquitectura militar, engenharia naval e civil, pilotagem, cartografia, estatística, geodesia e meteorologia (Cfr. João Carlos Brigola, *Ciência e Política. Do Pombalismo ao Liberalismo. Francisco Simões Margiochi*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da U.N.L., (Policopiada), 1990, pp. 111-113).

³⁵ Apesar de não termos contabilizado, com rigor, o número de formados pela Faculdade de Filosofia, da consulta que efectuámos no AUC aos *Livros de matricula* resulta que o número de inscritos é manifestamente inferior ao de qualquer outra faculdade. Podemos tomar como referência o seguinte dado: no período compreendido entre os anos lectivos de 1775/76 e 1819/20 (45 anos) a Faculdade de Matemática formou apenas 162 bacharéis, o que dá uma média de 4 por ano (Cfr. J. C. Brigola, *ob. cit.*, 1990, p. 113 e Anexo III).

³⁶ Na obra de E. Kant, *Der Streit der Facultaten (1798)*, a ideia de Universidade apontava para um espaço de liberdade, de investigação e de debate científico, que a organização prussiana em Faculdades superiores (Teologia, Direito e Medicina) e em Faculdade inferior (Filosofia) obstaculizava. "La classe des facultés supérieures (en quelque sorte la droit du parlement de la science) défend les statuts du gouvernement; cependant, il doit y avoir aussi dans une constitution

Esta característica sócio-cultural da população universitária seria frequentemente equacionada no ideário vandelliano, plasmando tantos dos seus textos na convicção de que as resistências aos novos saberes científicos de inspiração iluminista (e aos seus intérpretes) se traduziriam, afinal, em obstáculos a uma estratégia de desenvolvimento para o país: "No espaço de dezoito anos, que eu regi as duas cadeiras de História Natural, e de Química tive discípulos de grandes talentos; mas muito poucos continuaram por gosto estes estudos. Como se pode em uma nação conservar, e aumentar a sua riqueza sem pessoas que conheçam e descubram as suas produções naturais, e que saibam por princípios promover a agricultura, as artes, e o comércio? (...) a falta que houve de pessoas hábeis nestes estudos fez entregar à inspecção das províncias, as intendências da agricultura, do ouro, dos diamantes, das casas de moeda, das fábricas, dos caminhos, dos rios, dos portos, das pescarias, a pessoas, que ordinariamente não têm outra instrução que a do Direito, às quais os tribunais costumam pedir informações de agricultura, de hidrostática, de minas, fábricas etc., o que redundava muitas vezes por falta dos necessários conhecimentos em grave prejuízo da Real Fazenda, ou do público" ³⁷.

Da fraqueza institucional do *Curso Filosófico* resultaria um facto decisivo para a compreensão das fragilidades estruturais do universo de musealização e de investigação em *sciencias naturaes* no Portugal setecentista - a voga do coleccionismo amador entre as elites, o interesse social generalizado pelo estudo da Natureza (de que é exemplo o abundante memorialismo naturalista da Academia ³⁸) e a aceitação da sua utilidade económica pelos governantes não

libre, comme doit l'être celle où il s'agit de la vérité, un parti d'opposition (la gauche), le banc de la Faculté de philosophie, car sans l'examen et les objections sévères de celle-ci, le gouvernement ne serait pas renseigné suffisamment sur ce qui peut lui être utile ou nuisible" (*Le conflit des Facultés*, Paris, Jean Vrin, p. 37). Alguns autores têm utilizado os desenvolvimentos teóricos desta obra em estudos sobre as universidades, casos de Mariano e José Luis Peset, *La universidad española (siglos XVIII y XIX)*, 1974, pp. 21-36; e Luís Reis Torgal, *Universidade, política, ciência e conflito de faculdades nos primórdios do Liberalismo em Portugal*, 1986, *apud* J. C. Brigola, *ob. cit.*, 1990, p. 174.

³⁷ Domingos Vandelli, *Memoria sobre a Faculdade Filosofica* ...Tem-se atribuído a este manuscrito uma data posterior a 1791, ano em que se jubilou, pelo que a *Memoria* teria uma função de balanço crítico e de testamento sobre a política académica. No entanto, em carta do Visconde de Barbacena a Vandelli, escrita em 1788 (Cristóvão Aires, *ob. cit.*, p. 93) faz-se já eco deste texto ou, possivelmente, de uma outra versão: "Acabada a Assembleia tive ocasião de falar com o Snr. Visconde de Villa-Nova [da Cerveira] sobre o estado da Faculdade Filozofica, e sobre a Memoria que V. Ex.^a apresentou a cerca d'ella, e me conformei no que tinha dito muitas vezes a V. Ex.^a, de que elle conhece muito bem a utilidade d'essa, e quanto há mister de ser promovida, e me parece que não deixará nunca das sua parte de pôr todos os meios, que julgar conducentes para isso". Por aqui se confirma também que o memorialismo vandelliano era atentamente seguido nos meios governamentais. Outro texto elaborado pelo naturalista Baltazar da Silva Lisboa (*ob. cit.*, 1786, pp. 10-15), discípulo de Vandelli, comunga desta perspectiva crítica do *conflito de faculdades*.

³⁸ "(...) os memorialistas da Academia são possuidores de conhecimentos empíricos e teóricos no campo das ciências naturais, conhecimentos esses que, ao serem aplicados, deixam

obteve proporcional expressão nas carreiras profissionais e na ocupação de cargos na Administração para os quais os naturalistas estariam disciplinarmente vocacionados³⁹.

O complexo museológico e científico da Ajuda - tal como se encontra amplamente documentado tanto no *Livro de Registo dos Decretos* quanto na correspondência de naturalistas e de governantes - foi convocado a prestar um conjunto de serviços de índole técnico-científica com as mais variadas instituições, nomeadamente com a Universidade de Coimbra, com a Academia Real das Ciências, com hospitais e com estabelecimentos manufactureiros e, sem esquecer o seu carácter de anexo palaciano, a cooperar com as solicitações privativas da família real. Tratou-se em geral de uma colaboração pontual, sem a persistência das políticas fundamente estruturadas, sem uma aparente articulação de esforços e de meios. Contudo, é forçoso assinalá-lo uma vez mais, o período que corresponde à presença ministerial de Sousa Coutinho (1796-1803) deixará uma forte marca de voluntarismo político (ao menos no campo legal das intenções), que pretendeu romper com as rotinas instaladas nas instituições envolvidas neste 'comércio de serviços' e nelas impor o conceito de complementaridade e de reciprocidade de funções.

transparecer preocupações de índole inequivocamente económica" (José Luís Cardoso, *Memórias económicas inéditas*, 1987, p. 16). Outro dado significativo, lido à luz do conceito kantiano, é o que o mesmo autor revela a propósito das habilitações académicas destes memorialistas: "(...) entre os 33 autores (...) 70% são possuidores de formação académica universitária (...). A distribuição dos bacharéis e formados pelos diferentes cursos é (...) Cânones e Leis, 11 autores, 47,8%; Filosofia, 4 autores, 17,4%; Medicina, 4 autores, 17,4%; Não especificados, 4 autores, 17,4%" (*Memórias económicas da Academia...*, 1990, t. I, pp. XXIII-XXIV).

³⁹ Vai também neste sentido a avaliação produzida por H. Coutinho Gouveia: "Relativamente a este despontar da museologia portuguesa nos finais de setecentos, será ainda de sublinhar que os escassos meios que foram então disponibilizados, em particular no domínio dos recursos humanos, limitariam muito acentuadamente os resultados alcançados. Tais condicionantes tornam-se evidentes numa perspectiva de abordagem incidindo na organização e funcionamento dos museus, podendo confirmar-se igualmente caso se considerem as condições em que viria a ser concretizado o programa de exploração científica dos territórios ultramarinos, que constituiria um objectivo fundamental no contexto museológico de então" (*Museologia e etnologia em Portugal. Instituições e personalidades*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento, U. N. Lisboa, 1997, 1º vol. p. 35). As autoridades liberais tiveram consciência desta fraqueza e alguns tentaram, sem sucesso, alterar o quadro de ensino através da criação de um Instituto Superior de Ciências Físicas e Matemáticas, em Lisboa. No decreto de 7 de Novembro de 1835, assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães (*Diário do Governo*, n.º 267, pp. 1097-1098) considerava-se que: "As Faculdades de Matemática e de Filosofia, em Coimbra, quase que se têm limitado somente a prestar à Medicina o auxílio indispensável dalguns de seus ramos, ainda que puramente teóricos, porque se se atender ao número de estudantes matriculados nas suas diferentes aulas, ainda nos anos da maior concorrência, ver-se-á que naquelas, que não são necessárias à Medicina, raríssimas vezes tem chegado a seis, sendo que anos houve em que nem um só se matriculou". Só no ano seguinte é que se institucionalizaria o ensino superior de História Natural, em Lisboa, na Escola Politécnica. Veja-se também Maria Eduarda Cruzeiro, *A Reforma Pombalina na História da Universidade*, 1988, pp. 176).

Enquanto instituto museológico, a Ajuda ocupou indiscutivelmente um lugar central no quadro do colecionismo naturalista setecentista. Aliás, a aceitarmos a interpretação autorizada de Avelar Brotero, o Real Museu de História Natural - dotado de recursos muito superiores a qualquer outra instituição congénere - pôde mesmo cumprir um papel matricial na redistribuição do património natural acumulado: “O Museu athe o periodo, em que a Real familia se ausentou para o Brasil, progredio summamente na quantidade dos seus productos naturaes, elle forneceo quasi todos aquelles, com que se fundou o Museu da Universidade de Coimbra, o da Academia de Sciencias de Lisboa, e o da Casa da Moeda”⁴⁰.

A primeira referência documental a este fluxo de produtos 'naturaes e 'industriaes' enviados de Lisboa com destino ao Jardim e ao Museu universitários é a *Relação das despesas feitas com as plantas que vieram deste Real Jardim Botanico da Ajuda p. o de Coimbra (4 de Fevereiro de 1795)*, saída do punho de Alexandre Rodrigues Ferreira. Assumindo responder a rogativa régia, o naturalista-administrador dirigia-se ao Procurador da Universidade junto da Corte avisando-o de que estariam prontos para serem embarcados "quarenta e três caixoins" contendo "duzentas e quarenta Plantas" para o Jardim Botânico dirigido pelo Lente Félix de Avelar Brotero⁴¹.

Já com Sousa Coutinho à frente da Secretaria de Estado da Marinha se assiste a novo impulso no envio de produções naturais (por enquanto limitadas a espécies fitológicas), registando o *Livro dos Decretos* duas remessas durante o ano de 1799, uma das quais juntava "hum paco com semente de Ervilhana Inglesa" e com "semente de Heracli" apenas chegadas de Londres, presumivelmente expedidas por Correia da Serra. Na mesma ocasião o ministro escrevia pessoalmente a Brotero afirmando-se seguro de que "VM.ce com o seu conhecido zelo procurará conservar, e propagar estas uteis Plantas, correspondendo assim ás beneficas intenções do Principe Regente N. S.r"⁴².

Em carta enviada ao Abade, dois anos depois, Brotero continuava a lamentar-se por não poder dispor no seu Jardim universitário do rico material vegetal excedente na Ajuda, invocando uma

⁴⁰ *Resposta de Félix de Avelar Brotero a uma portaria do ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro (16 de Novembro de 1822)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555 (1821-1833).

⁴¹ Alexandre Rodrigues Ferreira, *Relação das despesas feitas com as plantas que vieram deste Real Jardim Botanico da Ajuda p. o de Coimbra (4 de Fevereiro de 1795)*, AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra), Jardim Botânico, (Plantas).

⁴² Cfr. *Livro de Registo dos Decretos (30 de Dezembro de 1799)*, MCUL; e *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Brotero (30 de Dezembro de 1799)*, apud Américo Pires de Lima e J. R. Santos Júnior, *Cartas inéditas de e para Brotero*, Porto, Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, 1944, p. 26.

atitude de deliberada obstrução de Vandelli a disposições régias ⁴³. É muito provável, se atendermos ao respeito intelectual que por ele nutria e à estreita comunhão de pontos de vista sobre história natural, que as queixas do botânico tenham ecoado no ânimo de D. Rodrigo e funcionado como pretexto para o conteúdo do *Aviso de 12 de Novembro de 1801*. Este dispositivo legal impunha a colaboração científica entre as duas instituições através da reciprocidade de tratamento, ou seja, a prática de um verdadeiro intercâmbio de objectos naturais ⁴⁴: "Sendo presente a Sua Alteza Real (...) a necessidade que há de estabelecer a devida correspondencia entre o Jardim Botânico da Ajuda e o da Universidade, para que se não sinta falta nos Productos, e Plantas no Museo e Jardim Botânico da Universidade, para a Instrucção Publica (...). Foi o Mesmo Senhor Servido Ordenar ao Director do Seu Real Museo e Jardim Botânico, que remetteste para a dita Universidade todos os referidos Productos e Plantas, que se achassem duplicados, e todos aquelles que não houvessem no Jardim da Universidade, donde deve estabelecer-se a mesma reciprocidade a favor do Jardim Botânico da Ajuda" ⁴⁵.

⁴³ "Eu bem dezejara que elle [Vandelli] fosse cada vez mais feliz, mas quizera tambem que elle não fosse tão inimigo da botânica, não querendo absolutamente mandarme nada do Jardim da Ajuda para o desta Universidade, sem embargo das ordens que Sua Alteza a meu requerimento para isso lhe tinha dado" (*Carta de Brotero para o Abade Correia da Serra (20 de Fevereiro de 1801)*, apud Abílio Fernandes, "Uma carta inédita de Brotero para Correia da Serra", *Anuário da Sociedade Broteriana*, ano XLII, 1976, pp. 39-40).

⁴⁴ "Também na data de 12 de Novembro de 1801 foi adoptada uma excelente providência, qual a de se ordenar que se estabelecesse uma correspondência regular entre os gabinetes e jardins da corte e os da Universidade de Coimbra, par o efeito de communicarem reciprocamente os productos diversos e as plantas" (J. Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, 18 vols., Lisboa, Academia Real das Ciências, 1871-1893, t. III, 1873, pp.344-345).

⁴⁵ *Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Francisco de Lemos (12 de Novembro de 1801)* in *Livro de Registo dos Decretos*, MCUL (Museu de Ciência da Universidade de Lisboa). "É elevado o número de plantas que povoam o Jardim. Algumas são mandadas do Jardim Real da Ajuda por determinação superior (...) pela qual se ordena ceder para Coimbra os duplicados, estabelecendo-se a recíproca troca entre os dois estabelecimentos, para utilidade de ambos. (Júlio A. Henriques, "O jardim botânico da universidade de Coimbra", *O Instituto*, vol. XXIII, 2ª série, Julho/Dezembro 1876, p. 56). Esta reciprocidade passará, a partir de 1811, a um patamar superior através de um Decreto que impõe um quadro profissional único. É pelo menos o que argumenta um professor de Coimbra candidato ao lugar de Director da Ajuda, depois da morte de Brotero: "Diz Antonio José das Neves Melo doutor na Faculdade de Philosophia pela Universidade de Coimbra em 1790 que elle supp.te nove para dez annos foi Demonstrador das Cadeiras de Zoologia e Mineralogia, de Botanica e Agricultura, outo para nove foi Lente Substituto das mesmas, regendo de fora parte a Cadeira de Metalurgia novamente fundada na Universidade; e que pelo Decreto de S. Mag.de, que Deos tem em gloria, de 1811, em que Nomeou ao Dr. Felix Avellar Brotero Director do Real Museo e Jardim de N. S.^a da Ajuda, ficou o supp.te proprietario das referidas Cadeiras de Botanica e de Agricultura ficando ainda reunidas na pessoa do supp.te; determinando o mesmo Decreto, que entre os dous Estabelecimentos de Coimbra e Lisboa houvesse dali ao diante huma só correspondencia, unidade e acesso" (*Requerimento de António José das Neves Melo pedindo o lugar de Director*

Daqui ficaria a resultar, se não uma prática persistentemente consumada ao longo dos anos, ao menos a padronização de procedimentos técnicos e administrativos entre as duas instituições, sendo possível reproduzi-los com suficiente nitidez no caso mais habitual, isto é, o sentido Ajuda-Coimbra⁴⁶. Assim, caberia ao Director a escolha das plantas "agraciadas" as quais eram, em seguida, colocadas pelo Jardineiro em caixotes "com a sua competente terra", sempre durante as estações do Outono, Inverno e princípio da Primavera; todos os espécimes eram numerados e nomeados num catálogo seguindo aquela ordenação numérica; embarcavam-se então os caixotes com destino ao porto da Figueira da Foz, dali seguindo por estrada até à Alta de Coimbra; finalmente, os gastos com o acondicionamento, transporte e remuneração do Jardineiro eram assegurados pela Fazenda da Universidade por intermédio do seu Procurador permanente na capital⁴⁷.

O outro sentido previsto deste intercâmbio, Coimbra-Ajuda, tão raramente se terá praticado que quase se não deixa documentar, excepção feita a um hesitante registo de sementes enviadas de Coimbra pelo 'Lente Brotero'⁴⁸. Ao invés, seria ainda dos estabelecimentos régios da capital que

do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda [Novembro de 1828], ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, 1821-1833).

⁴⁶ De todo o modo parece instalar-se um espírito novo, detectável por exemplo neste documento oficial: "Remetto a V. M.ce a Relação das Sementes, que antes de hontem forão entregues no Jardim Botânico, vindas do Pará (...) e se continuarão a remetter as que forem chegando. De todas póde V. M.ce tirar a porção que lhe parecer, para se semear no Real Jardim Botânico, e para mandar para o de Coimbra" (*Carta do Visconde de Anadia a D. Vandelli (19 de Dezembro de 1803)*), in *Livro de Registo dos Decretos*, MCUL).

⁴⁷ *Resposta de Félix de Avelar Brotero a um officio do Marquês de Palmela (10 de Novembro de 1824)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555, (1821-1833). O enquadramento deste relato histórico de procedimentos é assim construído por Brotero: "Em cumprimento do Regio Aviso, (...) em que pede aquellas plantas vivas, que há duplicadas neste Real Jardim Botânico do Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a benefício do da dita Universidade, certifico que na verdade há neste Real Jardim alguns individuos vegetaes das mesmas especies duplicados, dos quaes S. Mag.e pode fazer donativo ao da Universidade sem que isso cause prejuizo algum ao Seu Real Jardim mencionado; e outro sim, attesto que S. Mag.e já por outras vezes tem feito hum semelhante donativo, em que forão comprehendidas algumas especies dos Seus Estados Ultramarinos cultivadas no dito Real Jardim, mostrando nisso querer conformar-se com o Beneplacito do Augusto Senhor Rey D. Jose I de gloriosa Memoria, o qual nos Estatutos, que deu á Universidade, especificou ser muito util que no Jardim Botânico da mesma Universidade se cultivassem tão bem algumas plantas dos Seus Dominios".

⁴⁸ Cfr. *Livro de Registo dos Decretos (1803)*, MCUL. Referência ainda para outro registo relativo ao envio, através da Mesa de Inspeção da Cidade da Bahia, de um frasco de semente da erva *Panicum altissimum*, "*preciosa planta, tão propria para pastos artificiaes*". Pede-se, na circunstância, que o Jardim da Ajuda faça chegar uma porção ao Jardim da Universidade (*idem*, 1803). O texto integral desta interessante carta encontra-se depositada no AHMB (Arquivo

partiria, rumo ao Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, a mais generosa das doações lisboetas constituída por largas centenas de exemplares dos três reinos e ainda um lote importante (mais de quatro centenas) dos designados "Productos Industriães".

Apresentadas em Catálogo sobre a *Memória da Amazônia*⁴⁹, as colecções elencadas na *Relação Dos Productos naturales e industriaes que deste Real Museu se remetterão para a Universidade de Coimbra em 1806*⁵⁰ seriam - segundo os autores que as analisaram demoradamente - em grande parte, mas não exclusivamente, provenientes da *viagem philosophica* ao Brasil. Na realidade, a ordenação dos exemplares por grupos apresentaria semelhanças com o esquema da alexandrina *Relação Geral do Rio Negro* e em diferentes pontos seria manifesta a intervenção de Rodrigues Ferreira no doc. 26 (Zoologia e Minerologia). Quanto ao doc. 26 a (Botânica e Antropologia), seria indubitavelmente da sua autoria, apresentando correcções do seu próprio punho⁵¹.

O facto de actualmente muitos destes objectos, do lote das produções da *arte humana* (vestuário, ornatos, máscaras, armas e utensílios, etc.) incorporarem o acervo do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra (secção de Antropologia) reveste-se de um particular interesse histórico e museológico, já que vicissitudes várias obrigaram à dispersão (Academia das Ciências de Lisboa⁵², Museu Nacional de História Natural de Paris⁵³, Exposição de Madrid⁵⁴) e ao perecimento (incêndio do Museu Nacional de História Natural de

Histórico do Museu Bocage), *Carta da Mesa da Inspeção da Capitania da Baía ao Príncipe Regente (16 de Setembro de 1803)*, Rem. -604.

⁴⁹ Manuel Larangeira Rodrigues Areia e Maria Arminda Pereira Miranda, "Perfil de um naturalista", in *Memória da Amazônia*, 1991, pp. 37-67.

⁵⁰ AHMB, ARF, -26 e -26a.

⁵¹ Manuel L. R. Areia e M. Arminda P. Miranda, *ob. cit.*, 1991, p. 37.

⁵² Em 1858, os produtos dos três reinos provenientes do Museu régio da Ajuda - que em 1836 tinham incorporado o Museu da Academia das Ciências - passaram a integrar o acervo do Museu da Escola Politécnica, excepção feita aos produtos 'artificiais' que se mantiveram na Academia. Daqui foram levados, em grande parte, para a Exposição de Madrid, de onde não voltariam. (Cfr. Manuel Larangeira Rodrigues Areia, e Maria Arminda Pereira Miranda, "A philosophical journey to the Amazon, 1783-92. The story of the gathering and dispersal of a collection", *Journal of the History of Collections*, vol. 7, n.º 1, Oxford, 1995, pp. 59-71.

⁵³ Encontram-se ali produtos naturais saqueados na Ajuda, em 1808, por Geoffroy Saint-Hilaire.

⁵⁴ Em 1892, comemorativa do 4º centenário da descoberta da América. Sobre a participação portuguesa, veja-se A. C. Teixeira de Aragão, "Catalogo dos objectos de arte e industria dos indigenas da America que pelas festas comemorativas do 4.º Centenário da sua descoberta a Academia Real das Sciencias de Lisboa envia á Exposição de Madrid", in *Centenario do descobrimento da America. Memorias da comissão portugueza*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892. "Os objectos de arte e industria dos indigenas americanos, que a Academia Real das Sciencias de Lisboa envia à exposição de Madrid, commemorando o

Lisboa ⁵⁵) da maior parte das colecções do Museu da Ajuda. A sua conservação física, e exibição para estudo científico, no Museu pombalino investe hoje estes objectos da sacralidade devida a testemunhos materiais únicos da actividade *antropológica* de Alexandre Rodrigues Ferreira entre os Índios brasileiros.

quarto centenário da grande descoberta de Colombo, pertencem (fóra algumas peças da Associação dos Archeologos Portuguezes, e quatro vaso de ceramica do sr. Ramalho Ortigão, que vão designadas), ao seu museu, e foram pela maior parte adquiridas no seculo XVIII nas margens do Amazonas, ilha de Marajó, grutas de Maraca, Rio Negro, etc." (*idem, ibidem*, p. 4). Do *Catalogo* constavam os seguintes grupos de objectos: 'Armas e instrumentos'; 'Tecidos'; 'Ornatos dos gentios'; 'Mascaras'; 'Ceramica'; 'Varios artefactos'.

⁵⁵ "Das colecções feitas pelo Dr. Rodrigues Ferreira, ainda muitos exemplares residem nas galerias do museu, atestando a boa vontade do celebre e esquecido naturalista, em geral mal preparados e com os stigmas da vetustez mas de grande valor e importância historica, alguns conhecidos pela primeira vez por aquelle sabio, doze, quinze e vinte annos antes de decriptos scientificamente pelos classicos da Zoologia descriptiva"(J. Bettencourt Ferreira, "O museu de historia natural de Lisboa", *Revista de Educação e Ensino*, 1892, pp. 343-344). O fogo, de origens nunca completamente apuradas, deflagrou na madrugada de 18 de Março de 1978 destruindo a quase totalidade das colecções existentes no Museu Bocage (Zoologia) e na secção de mineralogia.